

Arqueologia, recuperação da memória e afirmação da identidade: o caso do Bairro da Mouraria, Lisboa

Archaeology, recovery of memory and affirmation of identity: the case of the Mouraria quarter, Lisbon

Enviado em: 13/07/2020

Aceito em: 15/07/2020

André Teixeira¹

Íris Fragoso²

Leonor Medeiros³

Resumo

O bairro da Mouraria corresponde ao espaço para onde foram expulsos os muçulmanos de Lisboa após a conquista cristã da cidade em 1147. Uma das suas principais atividades foi a olaria, facto hoje amplamente demonstrado pela arqueologia. Os muçulmanos foram instigados a converter-se em 1496, mas o bairro manteve a sua identidade, o seu carácter artesanal e marginal, não obstante os ensaios de higienização. Nas últimas décadas tem continuado a receber vagas de imigrantes, mas hoje encontra-se em profunda transformação, com o turismo e a gentrificação, expulsando as camadas populares. As operações de arqueologia de contrato multiplicaram-se no âmbito desta renovação urbana, permitindo o registo das realidades passadas. Este artigo propõe refletir sobre a valorização desse legado artesanal, produtivo e forâneo do bairro, identificado pela arqueologia, perante uma comunidade em fragmentação e renovação, questionando o papel do património histórico-arqueológico na recuperação de identidades em sociedades de transição.

Palavras-chave: Arqueologia comunitária; renovação urbana; olaria; muçulmanos.

Abstract

The Mouraria quarter is the area to where the Muslims relocated after being expelled by the Christian conquest of the city in 1147. One of their main activities was pottery, a fact widely demonstrated today by archaeology. The Muslims were instigated to convert in 1496, but the quarter maintained its identity, its artisanal and marginal character, despite several

1 Investigador CHAM – Centro de Humanidades e docente do Departamento de História, FCSH, Universidade Nova de Lisboa. E-mail: andreteixeira@fcs.unl.pt .

2 Mestre em arqueologia, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

3 Investigadora CHAM – Centro de Humanidades e docente do Departamento de História, FCSH, Universidade Nova de Lisboa. E-mail: leonormedeiros@fcs.unl .

'cleaning' attempts. In recent decades it has continued to receive waves of immigrants, but today it is in deep transformation, with tourism and gentrification expelling the lower classes. Contract archaeology operations have multiplied within this urban renewal, allowing the registration of past realities. This article proposes to reflect on the valorization of this artisanal, productive and exogenous legacy of the neighborhood, identified by archaeology, before a community in fragmentation and renewal, questioning the role of the historical-archaeological heritage in the recovery of identity at societies of transition.

Keywords: Community archaeology; urban renovation; pottery; Muslims.

Introdução

A integração dos elementos patrimoniais no processo de renovação das cidades tornou-se um dos grandes desafios dos nossos tempos, e Lisboa, uma cidade crescente, que vem sendo ocupada ininterruptamente desde a pré-história, não é estranha a esse desafio. A Mouraria, um dos bairros mais icônicos da cidade, desenvolveu-se como espaço de *mouros*, mas é hoje marcado pela multiculturalidade, colorido com as mais de 50 nacionalidades que aqui convivem. O bairro da Mouraria representa uma área hoje central na cidade, uma divisão informal que tem perdurado relativamente inalterada por séculos e que hoje faz administrativamente parte de duas freguesias diferentes. É uma referência geográfica, mas também cultural, “onde se nota a sobreposição de temporalidades, espacialidades e sociabilidades diversas” (FERNANDES 2015: 29), que é também formada pela implementação de uma fronteira definida socialmente.

O seu carácter esquecido e marginal favoreceu ao longo do tempo certos padrões de ocupação e de práticas, nomeadamente o assentamento de migrantes e imigrantes – do mundo rural e de outros países – e atividades ligadas à prostituição e drogas, que fomentaram essa marginalidade em relação a outros bairros. Este cenário não é hoje compatível com a viragem económica e o aumento do turismo na cidade. O que era um bairro empobrecido, envelhecido, com degradação do edificado e da infraestrutura, tem sido nos últimos dez anos radicalmente alterado, à medida que foi visto como uma área apetecível para os novos padrões de ocupação da cidade, em resposta à turistificação e gentrificação.

Assistimos a uma acelerada metamorfose e disrupção das comunidades urbanas perante o turismo de massas, que se revela nas mudanças físicas do edificado, na transformação das atividades económicas e das pessoas que agora circulam por estes

espaços. A Mouraria é um dos bairros de Lisboa que tem sofrido profundamente estas alterações, mas não é a primeira vez na sua história que isso acontece, mau grado a sua profundidade no presente. Ao longo do tempo a Mouraria foi sendo consecutivamente alvo de tentativas de acomodamento ao poder estabelecido, com algumas transformações que vingaram e outras que não. Hoje os poderes mudaram, mas as transformações realizadas 'do topo para a base' continuam a ser impostas ao bairro.

No entanto, este movimento de renovação tem trazido à luz do dia, através da arqueologia, novas informações sobre a história da sua ocupação e da própria organização da sociedade. Com ela veio um questionamento das assunções e conceitos que sempre foram associados a esse bairro, discutindo-se as leituras de poder, ou usos do património, que durante muito tempo sobre ele foram feitos. Este artigo parte, pois, do questionamento resultante das intervenções arqueológicas que nos últimos anos têm coletivamente lançado luz sobre o carácter produtivo do bairro, dinamicamente inserido nas estratégias de abastecimento de bens à restante cidade. Argumentamos que a constatação da grande dimensão da produção oleira da Mouraria, ao longo de um período de várias centenas de anos, é um conhecimento que passa despercebido às comunidades locais e que não está inserido nas narrativas sobre o bairro. No entanto, essa parte da sua história tem o potencial para repensar e aglutinar a identidade dos membros dessa comunidade, proporcionando uma nova visão sobre si mesmos, afastada das narrativas únicas que sobre o bairro e os seus habitantes se escutam. Assim, apoiamo-nos na discussão sobre questões de identidade e património, espírito do lugar e arqueologia comunitária, numa estratégia baseada na compreensão do património e dos seus valores de memória, como recurso para a valorização das comunidades atuais e preservação desse conhecimento.

Mouraria: oito séculos nas periferias de uma capital

A Mouraria tem as suas origens na segunda metade do século XII, quando o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, após conquistar Lisboa aos muçulmanos em 1147, permitiu que os seus antigos habitantes aí permanecessem, fixando-lhes um território fora das muralhas para se instalarem. O arrabalde estava afastado dos locais de maior movimento, num vale a norte da cidade, zona rural pouco salubre entre as colinas do castelo, da Graça (onde se fixou o convento dos agostinhos) e de São Gens (onde se construiu uma capela logo após a conquista) (OLIVEIRA, VIANA, 1993: 192). O bairro estava assim devidamente enquadrado espacialmente, numa zona marginal da urbe, dominado pelos edifícios político-militares e religiosos que corporizavam o novo poder vitorioso, instalados em cota superior.

Em 1170 foi promulgado o foral dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, que levou à instituição de comunas islâmicas nestas povoações, ou seja, um conjunto de leis e instituições que criavam uma identidade administrativa própria dentro da sociedade cristã, naturalmente sujeita à lei geral do Reino. Estabeleciam-se, assim, as condições de permanência desta comunidade: genericamente esta podia manter o seu culto, práticas comunitárias e atividades económicas, geridas por oficiais próprios, garantindo-se a segurança e até proteção régia de pessoas e bens; em troca pagariam impostos e realizariam serviços ao monarca, ficando constrangidos em termos de circulação fora do seu bairro e de relação com os cristãos (BARROS, 1998: 20-21). Em tempos de consolidação do reino de Portugal, o novo poder não tinha condições para prescindir dos derrotados, seguindo assim uma política amistosa. A intolerância foi em crescendo nos séculos seguintes, mas a verdade é que esta circunstância acabou por prolongar uma secular convivência entre muçulmanos e cristãos em Lisboa, havendo aliás muitas referências ao incumprimento do apartamento prescrito legalmente (BARROS, 1998: 144).

Dentro de uma área delimitada com pouco mais de um hectare, a Mouraria caracterizava-se por ser um espaço fechado, com limites fisicamente estabelecidos pelas suas portas, encerradas à noite diariamente (fig. 1). O seu interior não era um espaço linear, não existia nenhuma rua contínua que estabelecesse um caminho direto entre portas. Eram os edifícios públicos que diferenciavam o bairro, em dois pontos antipodais. A mesquita grande era a principal construção, junto da qual estava a madraça, a escola corânica; era também neste núcleo que viviam algumas das personalidades mais importantes da comuna. No polo oposto localizava-se a zona de comércio, com as tendas de artesanato e o açougue; aqui encontrava-se uma mesquita mais pequena, construída para impedir a interrupção demasiado prolongada do ofício para cumprimento do ritual religioso. Neste núcleo estavam também os banhos públicos, que partilhavam a sua localização com uma das portas do arrabalde, o que colocava o edifício disponível para uso de cristãos e muçulmanos, servindo a respetiva condução de água para abastecimento das manufaturas de curtumes e barro das proximidades (OLIVEIRA; VIANA, 1993: 192-198).

Figura 1. Mouraria de Lisboa nos séculos XIV e XV. Adaptação de OLIVEIRA e VIANA, 1993 (pág. 194), sobre cartografia de João Nunes Tinoco, 1650, consultada em Lx Interativa, 2020. **1** – Mesquita Grande; **2** – Madraça; **3** – Açougue; **4** – Mesquita Pequena; **5** – Banhos públicos; **6** – Almocávar; **i** – Rua de Benfica da Mouraria (atual Rua do Benfornoso); **ii** – Rua da Mouraria.



Do polo comercial destacava-se a atual Rua do Benfornoso, então Rua de Benfica da Mouraria, no exterior da referida porta. Esta zona foi perdendo continuamente o seu caráter periurbano, integrando-se na malha da cidade como área artesanal, com especial vocação para a produção cerâmica (BARROS, 1998: 31). A importância das manufaturas, que ocupavam mais de 80% dos moradores, impulsionou a expansão do bairro para fora dos seus limites originais. Ao longo do século XIV, com o aumento da população islâmica proveniente de outras partes de Portugal, e com o contributo de muitos artesãos cristãos que se mudaram para esta zona, desenvolveu-se um novo núcleo, o chamado arrabalde novo, na vertente oposta do mesmo vale (fig. 1). Aqui coabitavam oficinas de oleiros, tapeteiros, esparteiros e outros, além de lagares de azeite. No século XV este novo núcleo foi-se ligando ao mais antigo, totalizando uma área de cerca de cinco hectares (BARROS, 1998: 90 e 144; MARQUES, 1988: 103). O bairro permaneceu ao longo da Baixa Idade Média no exterior dos limites físicos de Lisboa, pois se a cerca nova de 1373-1375 abarcou os focos populacionais da cidade que se tinham criado fora da cerca velha islâmica nos séculos anteriores, continuou a excluir a Mouraria. A ela se acedia pela Porta de São Vicente ou da Mouraria, que conduzia à Rua da Mouraria e, depois, à Rua de Benfica; foi nesta porta que, sugestivamente, se fixou a epígrafe evocativa da construção desta nova muralha (SILVA, 1948: 42-48).

A intolerância crescente e a vontade de uniformização política e religiosa do Reino levaram à promulgação do édito de 1496. D. Manuel I ordenou que muçulmanos e judeus se convertessem ao Cristianismo, tornando-se cristãos-novos, sob pena de expulsão do

país (BARROS, 1998: 152). A comuna islâmica foi extinta, procedendo-se ao desmantelamento dos lugares que materializavam a sua existência, cedidos a instituições ou indivíduos cristãos, como a mesquita maior (que acabou sendo a primeira casa dos jesuítas em Lisboa) ou o cemitério muçulmano, o almocávar (que foi urbanizado). O bairro foi rebatizado de Vila Nova, expressão do desejo de criar uma nova realidade urbanística que soterrasse a herança islâmica (OLIVEIRA, VIANA, 1993: 191). O topónimo nunca vingou.

Nos anos subsequentes ao referido édito foram erguidos vários espaços de culto cristão (fig. 2). Em 1505 construiu-se a capela de São Sebastião (hoje de Nossa Senhora da Saúde), junto, mas no exterior da mencionada porta confinante com o antigo polo comercial do bairro, que acabou por originar a primeira paróquia da Mouraria (mas só em 1596). Em 1519 ergueu-se o convento de Nossa Senhora da Rosa, paredes meias com a Igreja de São Lourenço, aí localizada desde finais do século XII, perto da outra antiga porta da Mouraria, localizada nas imediações da destruída mesquita maior. Esta, inicialmente cedida ao Hospital Real de Todos-os-Santos, depois a outras congregações religiosas, deu lugar em 1543 ao colégio de Santo Antão-o-Velho, dos jesuítas, como referido. Em 1549, o antigo colégio dos Meninos Órfãos foi amplamente reformulado e engrandecido. Na centúria seguinte, menção à construção da igreja de Nossa Senhora do Socorro, em 1646 (entretanto demolida), bem como do palácio do Marquês do Alegrete, em 1694, todos na parte abaixo da Mouraria (SANTANA, SUCENA, 1994; DIOGO, TRINDADE, 1999). Note-se que, à exceção do edifício dos inicianos, todos estes espaços foram erguidos em torno do antigo bairro muçulmano, não se verificando por esta via uma significativa reformulação do seu espaço urbano. É difícil avaliar o grau de transformação do tecido urbano, crendo-se que no século XVI se procedeu à remodelação das habitações mais modestas e em pior estado, mantendo-se, porém, um traçado de ruas escuras e tortuosas (RODRIGUES, 1997: 42). Refira-se que só em 1764 se inaugurou um espaço de culto cristão no coração do antigo arrabalde novo, a capela das Olarias ou do Senhor Jesus da Boa Sorte.

Figura 2. Construções dos séculos XVI e XVII na Mouraria, com base na cartografia de Guilherme de Menezes, 1761, consultada em Lx Interativa, 2020. **1** – Capela de São Sebastião (Nossa Senhora da Saúde); **2** – Convento de Nossa Senhora da Rosa; **3** – Igreja de São Lourenço; **4** – Colégio de Santo Antão-o-Velho; **5** – Colégio dos Meninos Órfãos; **6** – Igreja de Nossa Senhora do Socorro; **7** – Palácio do Marquês do Alegrete; **8** – Capela das Olarias ou do Senhor Jesus da Boa Sorte; **9** – Castelo de São Jorge.



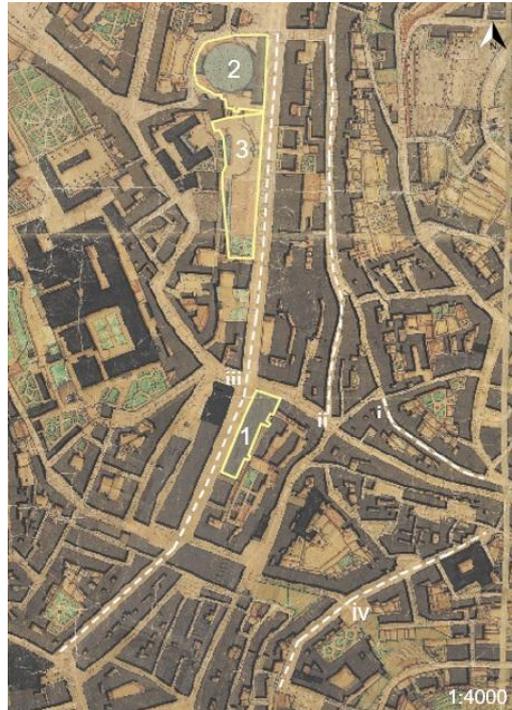
Em meados de Quinhentos o bairro foi confrontado com um bloqueio, causado pelo crescimento demográfico e falta de espaço para mais construções, espalhando-se ao longo do século XVII pelo vale de Arroios até à base da colina de Santana (a atual zona do Martim Moniz). A construção de novos edifícios nobres e religiosos veio dar uma nova estrutura a este espaço. Porém, com os danos causados pelo terramoto de 1755, muitos destas edificações de referência acabaram por adotar novas funções, em vez de serem integradas no novo plano urbano. Se após a catástrofe uma parte da cidade renasceu rapidamente com inspiração iluminista, outra permaneceu numa certa medievalidade, em crescente degradação e continuado crescimento populacional. Com efeito, a Mouraria manteve quase inteiramente a estrutura urbana prévia, como se atesta na cartografia antiga. Afluiu aqui um grande contingente migratório popular proveniente de áreas rurais do país, impulsionando a degradação das condições de vida. Este processo iniciou um período particular de segregação social do bairro (FRANÇA, 1980: 50; MENEZES, 2004: 51; RODRIGUES, 1997: 59).

Na segunda metade do século XIX densificou-se a ocupação em áreas baldias, nomeadamente nos terrenos envolventes à calçada de Santo André, que comunicava com a zona alta do castelo e da Graça. Surgiram inúmeros pátios e vilas operárias nos

logradouros e nas traseiras dos edifícios, mercê do desenvolvimento industrial da cidade, que assim atraía cada vez mais (i)migrantes. Unidades industriais expandiram-se e instalaram-se também nesta área da cidade, nomeadamente ligadas à indústria têxtil (Rua do Benfornoso), crescendo e atualizando-se também diversas unidades de olaria. Aqueles espaços habitacionais transformam-se em contextos isolados, ainda mais segregados que o próprio bairro, onde a degradação das condições de vida era cada vez mais acentuada, proporcionalmente ao aumento da densidade populacional. Até aos finais do século, estas zonas eram descritas como “recintos irregulares, onde se aglomeravam os vários moradores em pequenas habitações, de construção defeituosa e muita limitada capacidade (...), em deploráveis condições de salubridade”. O elevado número de habitantes que frequentava esta área da cidade no século XIX contribuiu para uma significativa alteração do quotidiano dos lugares, assim como do paradigma social em que se inseriam. Surgiu, o estigma dos “bairros populares”, associados à pobreza e degradação e, também, ao fado e à prostituição como uma atividade corrente (MENEZES, 2004: 40-41).

A verdade é que este panorama não impediu a instalação de estratos populacionais mais endinheirados nas franjas da Mouraria (fig. 3), uma simbiose que se verificou desde o édito de expulsão. Até finais de Oitocentos instalaram-se aqui famílias da aristocracia e burguesia, ocupando o troço final da Rua do Terreirinho e da Rua do Benfornoso, com edifícios de melhor traça arquitetónica e maiores dimensões, contrastando com as habitações populares (MENEZES, 2004: 42). Este facto, em simultâneo com o desenvolvimento de novas ideologias de embelezamento da cidade, proporcionaram uma tendência gradual de abertura do bairro. Destaque para o prolongamento da Rua Nova da Palma, num quadro de estruturação de grandes avenidas, que levou à destruição de numerosas construções e alterou por completo a malha e a dinâmica da zona baixa da Mouraria. Nota para a vocação lúdica e de diversão popular de alguns equipamentos aqui construídos, como o Theatro do Príncipe Real, em 1866 (mais tarde Teatro Apolo), o Real Colyseu de Lisboa, em 1887, ou o Paraíso de Lisboa, em 1907 (MENEZES, 2004: 51-52). O saneamento urbano foi incrementado na parte da alta do bairro com o projeto da Rua Marquês de Ponte de Lima, em 1894, entre outras pequenas artérias (ALMEIDA, 2016: 105).

Figura 3. Principais intervenções urbanas da segunda metade do século XIX na Mouraria, a partir da cartografia de Silva Pinto, 1911, consultada em Lx Interativa, 2020. **1** – Teatro do Príncipe Real (Teatro Apolo); **2** – Real Colyseu de Lisboa; **3** – Paraíso de Lisboa; **i** – Rua do Terreirinho; **ii** – Rua do Benfornoso; **iii** – Prolongamento da Rua Nova da Palma; **iv** – Rua Marquês Ponte de Lima.



Os problemas de circulação e insalubridade da Mouraria foram tratados de forma radical a partir de 1937, nos primeiros anos do Estado Novo. Procedeu-se à demolição de muitos edifícios em mau estado, incluindo alguns de valor histórico (fig. 4). Destacam-se o palácio do Marquês de Alegrete, toda a Travessa da Palma, a igreja do Socorro, o Teatro Apolo e todo o lado ocidental da Rua da Mouraria, onde apenas sobrou a capela de Nossa Senhora da Saúde. Só a parte da alta do bairro foi poupada, “um dos restos piedosos da velha Lisboa” (ALMEIDA, 2016: 125), abrindo-se na zona baixa uma grande praça, o atual Largo Martim Moniz, ladeada por novos edifícios, como o Hotel Mundial, que deveriam servir como arquétipo da modernização que ali se pretendia realizar. A verdade é que esta nova praça não se chegou a consolidar, permanecendo até hoje como uma ferida urbanística, mercê dos sucessivos projetos fracassados para lhe conferir melhor enquadramento, através do tratamento do espaço público (VENDA, FONSECA, 2011: 62).

A destruição da baixa da Mouraria causou uma repentina redução populacional. O afastamento dos habitantes desencadeou um processo de desarticulação desta área da cidade, prejudicando o núcleo de atividades e funções que a caracterizava, reforçando um processo de marginalização funcional, física e social (MENEZES, 2004: 58). A Mouraria entrava “na hora crepuscular e triste da sua agonia”, como se pressentia à época, pois dela pouco sobrevivia com o novo delineamento previsto por um urbanismo civilizador (ANDRADE, 1957: 49).

Figura 4. Demolições na Mouraria. Fotografia de Benoiel, Judah, 1900 – 1968. © Arquivo Fotográfico de Lisboa, 2020 (AML – T/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004426).



Já em democracia, cresceu a pressão popular das comissões de moradores, que pugnam pela preservação e manutenção dos edifícios e espaços públicos. Neste contexto, a partir de 1985, os bairros históricos passaram a desenvolver programas de conservação, reabilitação e de requalificação, através de gabinetes técnicos autárquico. O Gabinete Técnico da Mouraria assumiu como missão a intervenção nos edifícios com maiores riscos de segurança, a fim de travar a sua degradação (AMARO, 1998: 62). Os trabalhos de conservação envolveram sobretudo o edificado pré-pombalino, de acordo com um regime integrado que abrangia o tecido social e económico, procurando incrementar a função habitacional.

Desde a revolução democrática portuguesa de 25 de Abril de 1974, seguida da independência das antigas colónias africanas, a Mouraria tornara-se um destino de eleição para os imigrantes de Lisboa. Ao forte movimento de retornados e afluxo dos países agora independentes, juntou-se a imigração da Europa de Leste e de vários pontos da Ásia. As transformações do bairro a partir da década de 1980 e a preexistente tradição de comércio grossista foram fatores que potenciaram a fixação destas comunidades, muito dedicadas a negócios de família de venda a retalho ou comércio alimentar. O conforto da partilha linguística e apoio das comunidades já instaladas criaram uma estável corrente migratória nos decénios seguintes (MALHEIROS, 1996: 9-10).

Nas últimas décadas do século XX a Mouraria dividia-se em duas secções: “o coração do bairro”, definido por “um sentimento de pertença e um bairrismo mais acirrado”, e uma zona de comércio de revenda, a faceta mais reconhecida pelo resto da cidade,

reforçada pela inauguração de novos espaços comerciais (MENEZES, 2004: 103; VENDA, FONSECA, 2011: 62). Nesta fase procurou-se também reinventar o Martim Moniz, com o fito de atrair o turismo, apresentando-se a praça como a entrada para um mundo exótico, a Mouraria, legado da cidade multicultural medieval, reinventado nesta componente pela diversidade étnica e religiosa dos novos povoadores. Surgiu, então, uma nova leitura etnológica da Mouraria: de lugar profundamente cristão, o bairro volta a ter novamente duas mesquitas (uma grande e outra pequena); a pobreza, a criminalidade e a prostituição permanecem, mas já não são fatores identificáveis do bairro, que passa a ser visto como exótico e multicultural. A tentativa de fixar jovens no bairro, através de um programa de habitação da administração local, que vendia “casas com vista para o fado”, teve um efeito limitado (ALMEIDA, 2016: 165-67).

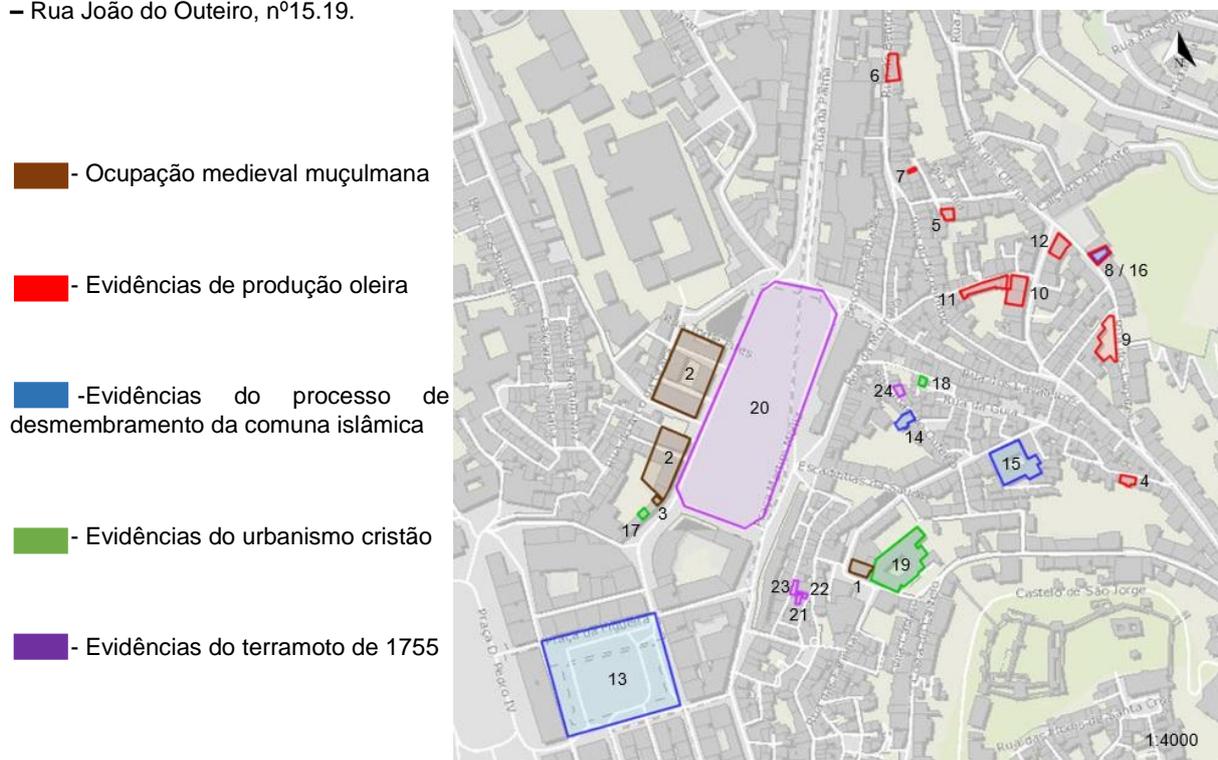
Atualmente, o bairro encontra-se em processo de renovação urbana. Constantemente estigmatizado e marcado pela degradação do edificado, o envelhecimento da população, os problemas socioeconómicos e o crime, viu a partir de 2010 uma série de incentivos à revitalização que permitiram reintegrá-lo na cidade como bairro da moda. A Mouraria encontra-se sujeita a processos de gentrificação próprios dos mercados de investimento imobiliário e turístico, com amplos processos de transformação do edificado em condomínios para as elites, constituindo-se também como um ponto de encontro da agenda cultural lisboeta (MOYA, 2019: 184). Convivem ainda neste espaço – quem sabe não por muito mais tempo – as classes populares que sempre viveram no bairro, trabalhando maioritariamente fora dele, jovens estudantes que aqui encontram temporariamente habitação a mais baixo preço, imigrantes de várias nacionalidades e de poucos recursos económicos (predominantemente originários de países de religião muçulmana e da região asiática) que desenvolvem aqui os seus negócios, e nacionais e estrangeiros endinheirados, atraídos pelo ambiente pacato mas ao mesmo tempo exótico e central da Mouraria.

Escavando o passado: o património arqueológico

Entre 1989 e 2018 contabilizam-se 41 intervenções arqueológicas na Mouraria de Lisboa, números presentes da base de dados da Direção-Geral do Património Cultural Português (DGPC), a que se acede através do Portal do Arqueólogo (fig. 5). Na primeira década, correspondente à primeira grande fase de reabilitação urbana no âmbito do Gabinete Técnico da Mouraria, contaram-se apenas 10 intervenções, todas relacionadas com o acompanhamento de ações de renovação de habitações. O primeiro decénio do século XXI tem menos registos, por um certo afrouxar daquele programa público. Contudo,

a partir de 2010, já num quadro de revitalização do bairro por agentes privados e de uma certa recomposição social do bairro, o número de trabalhos arqueológicos subiu consideravelmente, contando-se então quase metade das intervenções do período, além das áreas de ação mais extensas. Do total de intervenções arqueológicas, 23 são escavações, 11 são sondagens, 4 são acompanhamentos, registam-se 2 levantamentos e 1 ação de conservação e restauro; na sua esmagadora maioria, são trabalhos em contextos de obras públicas ou privadas, de habitação ou equipamentos (FRAGOSO, 2019: 64). Registe-se que a evolução da realidade arqueológica da Mouraria é consentânea com a da cidade em geral, embora um pouco desfasada no tempo, visto que o movimento de reabilitação urbana chegou aqui mais tardiamente. Em Lisboa, a partir de 2000 dispararam o número de intervenções arqueológicas, passando-se de uma média anual abaixo das duas dezenas, para a centena e meia no final da primeira década, e para quase três centenas de intervenções anuais em 2015 (BUGALHÃO, 2016: 469).

Figura 5. Sítios arqueológicos registados na Mouraria, com base na cartografia de Lx Interativa, 2020. **1** – Igreja de São Lourenço; **2** – Largo Martim Moniz (entre Rua do Arco da Graça, Hospital de São José, Travessa do Arco da Graça); **3** – Rua da Palma nº29; **4** – Rua da Amendoeira nº9 – 15; **5** – Beco de São Marçal nº13 C; **6** – Rua do Benfornoso nº168-186; **7** – Calçada da Rosa, nº18 A; **8** – Rua dos Lagares, nº74; **9** – Quarteirão dos Lagares (Rua dos Lagares nº23); **10** – Largo das Olarias nº19-23; **11** – Travessa do Jordão, nº1-15; **12** – Largo das Olarias nº35-42; **13** – Praça da Figueira; **14** – Rua João do Outeiro, nº36-44; **15** – Convento de Santo Antão-o-Velho (Coleginho) e Rua Marquês Ponte de Lima; **16** – Rua dos Lagares, nº74; **17** – Rua da Palma, nº17-19; **18** – Casa da Severa, no Largo da Severa, nº2; **19** – Palácio da Rosa; **20** – Largo do Martim Moniz; **21** – Rua de São Pedro Mártir, nº 22-24; **22** – Calçada de São Lourenço, nº17-19; **23** – Rua de São Pedro Mártir, nº26-34; **24** – Rua João do Outeiro, nº15.19.



Os vestígios mais antigos da ocupação deste espaço detetaram-se sob a Igreja de São Lourenço, a que já fizemos referência, que se localizava nos limites superiores do bairro: aqui foram identificados vários silos de armazenamento de cereais usados ainda durante o domínio islâmico em Lisboa e que terão sido entulhados, precisamente, após a conquista cristã, com vista à construção deste espaço de culto (RODRIGUES, 2019). Na zona baixa, em pleno Martim Moniz, foi também reconhecida uma ocupação periurbana vocacionada para o aproveitamento agropecuário, vasto campo cultivado pontuado por currais e almuinhas (CALADO, LEITÃO, 2005). Uma intervenção arqueológica na Rua da Palma reforçou a ideia de espaço rural, apenas urbanizado após aquela conquista (FILIPE, GUERRA, 2015).

Contudo, o elemento patrimonial mais forte revelado pelas diversas intervenções na Mouraria são os vestígios da sua secular atividade oleira. Esta foi a principal ocupação da população islâmica que aqui habitou na Idade Média, sendo evidente a sua continuidade após o édito de expulsão e ao longo da Idade Moderna. Os registos mais recuados correspondem a um muro e cerâmicas dos séculos XIII e XIV e a um forno com desperdícios de produção do século XV (VALONGO, 2006). Da mesma forma, no Beco de S. Marçal nº13C intervencionou-se o que se pensa ser uma antiga fossa de olaria, com restos de produção e outros detritos dos séculos XIV e XV (SABROSA, AMARO, 1993). Comprovou-se assim que a primitiva vocação agrícola da zona exterior ao bairro foi cedendo a uma crescente dinâmica artesanal e comercial, registando-se prédios urbanos já no século XIV, que se generalizaram na centúria seguinte (MARQUES *et al.*, 2012: 124). Também na Rua do Benfornoso (nº168-186) foram detetados despejos cerâmicos, permitindo localizar as antigas oficinas na meia encosta deste monte, servindo esta artéria como principal zona de venda. Aquelas oficinas estavam focadas na satisfação das necessidades básicas do quotidiano da cidade nos séculos XV e XVI, como se depreende das formas identificadas, vocacionadas para o uso de mesa, armazenamento e higiene (MARQUES *et al.*, 2012: 124 e 128).

Desta forma, é evidente que, durante os séculos de convivência da comuna islâmica com a cidade cristã na Baixa Idade Média, os muçulmanos tiveram um papel primordial no abastecimento de cerâmica a Lisboa e às suas regiões circunvizinhas, como se tem verificado pelo seu achado em grandes quantidades em numerosos sítios arqueológicos da cidade (BUGALHÃO, COELHO, 2012: 137-39). Embora ainda mal documentado, tudo parece indicar que estas produções tenham, igualmente, embarcado nas armadas destinadas aos diversos espaços da expansão portuguesa, tendo em conta as descobertas feitas no Norte de África e nas ilhas atlânticas (TEIXEIRA *et al.*, 2016: 92-94). Enfim, parece

claro que aquela comunidade influía, decisivamente, no pulsar da cidade e da sua atividade marítima.

Este fenómeno prolongou-se após o édito de expulsão, como aludem os documentos escritos (FARINHA, 1932), provados por vários achados arqueológicos. A título de exemplo, citem-se os aterros e depósitos de cerâmicas de finais do século XV a meados do século XVI que acompanham o declive da encosta na Calçada da Rosa (FURTADO, SILVA, MIGUEZ, 2015), ou os despejos de cinzas e cerâmicas deformadas e queimadas da mesma época, misturados com detritos domésticos, da Rua dos Lagares, nº74 (PONCE *et al.*, 2017). O sítio do Quarteirão dos Lagares tem outro interesse, já que se registou um jardim com fontes revestidas de azulejos da segunda metade de Quinhentos, certamente pertencente a um pequeno palácio, sobre depósitos relacionados com a atividade oleira do século XV e primeiras décadas da centúria seguinte (CARVALHO *et al.*, 2007). É um indício arqueológico, embora por ora assaz singular, do referido ensejo de converter este bairro numa vila nova, estabelecida sobre a antiga vivência artesanal da comunidade islâmica. Escavações mais recentes permitiram recuperar aqui novos contextos de olaria daquela época, incluindo fossas com muitas cerâmicas deformadas, trempes e cinzas, além de um forno (NUNES, FILIPE, 2012; SILVA, PINTO, 2017: 184).

Já a escavação do Largo das Olarias nº19-23 e Travessa do Jordão nº1-15 revelou quatro fornos oleiros sucessivos (fig. 6), permitindo comprovar a continuidade da produção cerâmica nesta área central do antigo arrabalde novo na segunda metade do século XVI e primeiras décadas da centúria seguinte. Neste caso, além da tradicional produção dos mencionados objetos utilitários em barro vermelho, exumaram-se também restos de produção de peças de mesa de faiança (CASTRO *et al.*, 2017; TEIXEIRA *et al.*, no prelo). Ainda no Largo das Olarias, nº35-42, foram identificados troços de fornos, estruturas negativas repletas de cinzas, trempes com pingos de vidro e restos de produção de cerâmica de barro vermelho do século XVII, além de um curioso conjunto de pelias – bolas de barro que ficaram por amassar –, um moinho e um grande contentor com eventuais vestígios de frita no seu interior (SILVA, PINTO, 2017).

Figura 6. Fornos cerâmicos encontrados no Largo das Olarias, nº19-23, e Travessa do Jordão, nº1-15. Fotografia de Anabela Castro, publicada em CASTRO *et al.*, 2017.



Para além da vocação artesanal do bairro, a arqueologia permitiu comprovar o referido processo de desmembramento da comuna islâmica, nomeadamente as expropriações dos espaços religiosos e símbolos da presença muçulmana após o édito de 1496. Amplas escavações na Praça da Figueira, o local onde se situava o Hospital Real de Todos-os-Santos, permitiram recuperar peças de cantaria de monumentos fúnebres muçulmanos, reutilizados como material de construção daquele edifício, incluindo uma lápide funerária de 1398 (MOITA, 1964: 100). Outra evidência material é uma pia de abluções islâmica com caracteres cúficos, encontrada durante obras de demolição de prédios na rua João do Outeiro, nº36-44; apesar de descontextualizado, este artefacto litúrgico pode ser proveniente da antiga mesquita pequena da Mouraria, tendo também sido reutilizado como material de construção (DIOGO, TRINDADE, 1998: 257). Já no convento de Santo Antão-o-Velho apenas se reconheceu a ocupação do espaço a partir da ocupação cristã, não de detetando vestígios da antiga mesquita maior do bairro (SANTOS; NISA, 2018). Mais enigmática é interpretação dada aos achados da Rua dos Lagares, nº74, acima referidos: a uma necrópole judaica anterior ao édito de expulsão, que contudo se afirma obedecer “aos preceitos assumidos pelo cristianismo”, ter-se-ia seguida a dessacralização do espaço com despejos de olaria; seguiu-se nova fase de enterramentos no século XVI, seguindo ora rito cristão ora rito islâmico, novamente colmatada por desperdícios de olaria na mesma centúria (PONCE *et al.*, 2017). Se a questão da dessacralização dos espaços funerários é interessante, indo ao encontro do que acima referimos, as suas cronologias e classificação judaica da primitiva necrópole levantam problemas, sendo certo que as fontes escritas referem esta área como o cemitério islâmico até 1496.

No que toca ao urbanismo cristão, merece menção a descoberta de muros e pavimentos de habitações na Rua da Palma nº17-19, testemunho da abertura desta artéria

em meados do século XVI e da urbanização de espaços rurais nas imediações baixas da Mouraria (FILIPE, GUERRA, 2015). Na Casa da Severa, em pleno espaço do antigo arrabalde islâmico, foram detetadas estruturas habitacionais consecutivas, com técnicas construtivas distintas, entre os séculos XII e XVII, em parte aproveitando os mesmos muros exteriores (CAESSA *et al.*, 2015). A construção do palácio da Rosa na zona alta do bairro no século XVII foi revelada nas sondagens arqueológicas realizadas no seu interior (GOMES; NETO, 2017).

Embora não alterando a estrutura da Mouraria, o terramoto de 1755 levou ao colapso de inúmeras habitações, na maior parte dos casos reconstruídas nos lotes prévios. Este é outro dos fenómenos que deixou maior registo na arqueologia deste bairro, como aliás um pouco em toda a cidade. É o caso, por exemplo, do Largo de Martim Moniz (DIOGO, TRINDADE, 1999: 50), ou da Rua de S. Pedro Mártir, nº22-24, e Calçada de S. Lourenço, nº17-19 (DIOGO, TRINDADE, 2003). As precárias reconstruções após a catástrofe foram igualmente testemunhadas na Rua de S. Pedro Mártir, nº26-34, onde foram observados vestígios de um pavimento de tijoleira a meio do corte, pertencentes a um edifício destruído pelo terramoto. O registo é coerente com outros efetuados na Mouraria que, apesar de não ter sido sujeita à reurbanização estatal, foi reerguida com as técnicas e traças tradicionais, frequentemente sobre entulhos mal consolidados, resultando em abatimentos de pisos (DIOGO, 1990; DIOGO, TRINDADE, 2003: 203-06). Um edifício intervencionado na Rua João do Outeiro, nº15-19, permite confirmar estas realidades, observando-se sucessivos pavimentos entre os mesmos muros desde o século XVIII até aos dias de hoje (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Deve ainda registar-se que, a par deste património soterrado, a Mouraria conserva ainda edifícios que testemunham esta história multiseular de ocupação humana, embora muito limitados a edifícios palatinos e religiosos da época moderna, parte deles tombados como imóveis de interesse público. Subsistem os palácios da Rosa (devoluto), Marquês de Tancos (administração), Folgosa (administração), Aboim (comércio) e da Rua do Benfornoso nº244 (cultural e recreativa). Dos antigos edifícios religiosos permanecem a capela de Nossa Senhora da Saúde (ao culto), a igreja de São Lourenço (devoluta) e os colégios de Santo Antão-o-Velho (assistencial) e dos Meninos Órfãos (cultural e recreativa). Destaque ainda para os edifícios de habitação corrente setecentistas na Rua da Palma, na Rua do Benfornoso, na Rua da Mouraria e no Largo da Rosa, atualmente com funções comerciais.

Por fim, é importante referir os escassos trabalhos realizados até à data no âmbito da valorização e divulgação pública do mencionado património arqueológico da Mouraria, ocorridos essencialmente a partir de 2010 (FRAGOSO, 2019: 52-56). O referido processo

de reabilitação urbana coordenado pela Câmara Municipal de Lisboa, com um valor global de 7,5 milhões de euros (parte financiado pela União Europeia), além de ter implicado a requalificação do espaço público, visou também a valorização turístico-cultural do bairro⁴. Entre as suas ações merece menção a criação de um equipamento turístico-cultural ligado ao fado na Casa da Severa (homenagem a Maria Severa Onofriana, fadista afamada e mulher de má vida aqui falecida em 1846), que implicou as escavações acima referidas, e o restauro de um troço da cerca baixo-medieval da cidade, além da reabilitação da igreja de São Lourenço⁵, que, contudo, permanece encerrada ao público. Em 2014 foi inaugurado um percurso assinalado por totens, que visou promover a visita deste espaço (fig. 7)⁶, não se incluindo, porém, nenhum sítio arqueológico, ou espaços relacionados com as temáticas acima citadas. A este propósito refira-se que, dos escassos oito sítios com interesse arqueológico em Lisboa nos finais do século XX, nenhum deles se localizava na Mouraria (SILVA, GUINOTE, 1998: 179-92). Década e meia depois existiam já 22 janelas arqueológicas visitáveis na cidade, mas nenhuma neste bairro (BUGALHÃO, 2016: 469-70).

Figura 7. Totem na Rua Marquês de Ponte de Lima, entre a igreja de São Lourenço e o antigo colégio de Santo Antão-o-Velho.



4 LUSA (2011), “Obras na Mouraria apoiadas pelo QREN começam hoje”. Artigo do jornal *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://www.dn.pt/portugal/sul/interior/obras-na-mouraria-apoiadas-pelo-qren-comecam-hoje-2027910.html>>. Consultado a 16 de setembro de 2019.

5 AiMouraria (2019), “Estrutura do Programa de Ação”. Disponível em: < <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/descricao-da-intervencao/estrutura-do-programa-de-accao.html> >. Consultado a 02 de fevereiro de 2019.

6 CML (2014), “Percurso Histórico e Visitas Guiadas na Mouraria”. Disponível em: < <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/percurso-historico-e-visitas-guiadas-na-mouraria> >. Consultado a 16 de setembro de 2019.

No quadro municipal nasceu também o Centro de Inovação da Mouraria, vocacionado para o desenvolvimento social, cultural e económico, através da recuperação de ofícios tradicionais. Situado no Quarteirão dos Lagares, implicou uma intervenção que procurou manter e valorizar a morfologia de um edifício, assim como elementos mais marcantes da sua história⁷, mas partiu de atribuições cronológicas duvidosas e pouco teve em conta os resultados da arqueologia. Tornou-se “a primeira incubadora para as indústrias criativas e culturais” da cidade, o *Mouraria Creative Hub*, recebendo críticas por não se apresentar como um “equipamento com uma dinâmica constante e de portas abertas à comunidade”⁸. O passado do lugar foi sublinhado na exposição «Quarteirão dos Lagares: da Mouraria à Vila Nova», que foi aí promovida com a cocoordenação de um de nós (AT), mas com um alcance limitado (fig. 8).

Merece também referência a Associação Renovar a Mouraria, organização privada sem fins lucrativos criada em 2008 com o objetivo de revitalizar o bairro histórico a nível social, económico, cultural e turístico. Esta atua fundamentalmente em três eixos: promoção cultural; integração social e apoio comunitário; e desenvolvimento local e economia social⁹. A associação promove a formação de guias para a realização de visitas guiadas, sob o tema de “História e estórias com gente dentro”¹⁰, através de quatro itinerários que seguem percursos temáticos: “Há Mundos na Mouraria”, “Mouraria dos povos e das culturas”, “Mouraria do Fado” e “Mouraria das Tradições”. Neste último percurso procura-se dar a conhecer os vestígios materiais que permanecem visíveis no bairro, como “as velhas portas da cidade medieval”, o colégio de Santo Antão-o-Velho, o recolhimento de São Cristóvão, uma casa no Largo da Achada, entre outros edifícios seculares particulares.

7 CML (2019), “Centro de Inovação Mouraria. Um local com história”. Disponível em: < <http://www.cm-lisboa.pt/centro-de-inovacao-da-mouraria-mouraria-creative-hub/um-local-com-historia> >. Consultado a 16 de setembro de 2019.

8 ALEMÃO, Samuel (2015), “Centro de inovação causa rutura entre Associação Renovar a Mouraria e câmara”. Disponível em: < <https://ocorvo.pt/centro-de-inovacao-causa-ruptura-entre-associacao-renovar-a-mouraria-e-camara> >. Consultado a 16 de setembro de 2019.

9 Associação Renovar a Mouraria (2019), “A Associação”. Disponível em: < <https://www.renovaramouraria.pt/associacao/> >. Consultado a 16 de setembro de 2019.

10 Associação Renovar a Mouraria (2019), “Visita a Mouraria”. Disponível em: < <http://www.renovaramouraria.pt/visita-a-mouraria/> >. Consultado a 16 de setembro de 2019.

Figura 8. Cartaz da exposição «Quarteirão dos Lagares: da Mouraria à Vila Nova», da autoria de Ana Filipa Leite, onde se figuram, entre outras, as tradicionais peças de barro vermelho produzidas neste bairro nos finais da Idade Média.



A arqueologia como ferramenta de inclusão e recuperação da identidade

A situação geográfica privilegiada do bairro da Mouraria no contexto da cidade de Lisboa, bem como a presença de uma identidade multicultural e histórica, tornam-na alvo de dois processos paralelos e simultâneos nos quais o património arqueológico acaba por estar envolvido: a turistificação e a gentrificação. À medida que estes processos decorrem nas comunidades há uma conseqüente transformação do lugar, uma comodificação das narrativas sobre si mesmo e uma conseqüente seleção das identidades que ‘pertencem’ ao lugar transformado (SMITH, 2002; GOULD, PYBURN, 2016).

As alterações nos usos e funções dos espaços, com uma crescente oferta de alojamento turístico e de serviços apropriados à passagem efémera de visitantes, como as lojas de *souvenirs*, são exemplos de turistificação, ou seja, do “(re)ordenamento ou (re)adequação espacial em função do interesse turístico” (VASCONCELOS, 2005: 49). Já o movimento de gentrificação, tão evidente nas cidades ocidentais desde finais do século XX, está hoje encoberto sob a capa de termos mais aceitáveis, como regeneração, renovação e reabilitação (SMITH, 2002), mas continua ativamente a criar novas periferias. No seguimento da transformação do edificado vem o desalojamento de habitantes dos bairros centrais da cidade, resultado de estratégias profundamente económicas que, inclusive, usam elementos patrimoniais específicos e selecionados como fator de valorização. Simultaneamente, as intervenções no edificado implicam frequentemente a remoção de

contextos arqueológicos, que são também eles removidos das comunidades para depósitos municipais e relatórios técnicos. Todos estes fenómenos têm ocorrido na Mouraria de Lisboa nos últimos anos.

A seleção da história que ‘sobrevive’ e que é contada sobre o bairro é assim uma afirmação de poder que retira à comunidade local a oportunidade de valorizar outros referentes históricos e culturais. Nesse sentido a arqueologia pode e deve abrir portas para o passado que criem alternativas às narrativas correntes. Há, como vimos, uma vasta e rica história que faz parte da Mouraria, alguma dela perdida perante a renovação e a turistificação do bairro, mas outra ainda presente ou ativamente preservada (mesmo comercializada, como o caso do fado). Destaca-se ainda a resistência e criatividade de associações e empresários individuais que aqui mantêm o espírito local e próximo do bairro. Há também uma história que a arqueologia detetou ao longo dos anos, que reconfigura o bairro, até então entendido enquanto lugar de periferia, segregação e comportamentos marginais, realçando-se a vertente adaptativa, produtiva e central nas dinâmicas urbanas de Lisboa.

Esta nova fase de mudança do bairro, com atualização da infraestrutura e investimento na renovação da construção, tem sido, de acordo com a lei portuguesa, alvo de acompanhamento arqueológico em fase de escavação. Isso permitiu identificar estas unidades oleiras que, tal como as comunidades que aqui habitavam, também foram marginalizadas pela história e a memória. Do ponto de vista arqueológico destaca-se em primeiro lugar o âmbito de realização desses trabalhos, num contexto comercial, de minimização de impactos em contexto de obra, com inerentes pressões nos prazos de trabalho, no financiamento de equipas, e na evolução orgânica da área de escavação, que aqui fica condicionada às frentes de obra abertas. Em segundo lugar é relevante também o destino que é dado ao património arqueológico – que é inerentemente associado ao valor que lhe é reconhecido pela tutela, muitas vezes sem se dar tempo a que o real conhecimento e valor destes sítios seja entendido – e que neste caso sofreu a comum prática de preservação apenas pelo registo, deixando-nos sem marcas da sua existência na atual superfície do território.

As opções de conservação do património são naturalmente uma afirmação, uma comunicação do valor atribuído a esses lugares, uma escolha de ‘o que preservar e como’ carregada de significados. Cada vez mais se entende o património não como uma coisa ou um sítio, mas como processo de construção de significado que tem lugar à medida que é identificado, gerido ou exibido (SMITH, 2012). O património pode assim ser entendido como processo de negociação dos vários significados e valores que podemos imputar aos bens

tangíveis e intangíveis, que é feito na tomada de decisões, sobre o que preservar ou destruir, o que contar e realçar da sua história e o que omitir. As tomadas de decisão baseadas no princípio da salvaguarda pelo registo, ou seja, da destruição física e seletiva do património, são uma afirmação de poder, de domínio sobre o território (e portanto das decisões sobre como o ocupar e com que tipo de infraestrutura e uso), e de definição sobre o valor do património, ao decidir o que deve permanecer e o que pode ser excluído. Estas 'afirmações', muitas vezes feitas sem consciência do seu verdadeiro impacto local e justificadas em nome do progresso, têm impactos profundos sobre a imagem de que comunidades são bem-vindas ao lugar, que tipo de comportamentos são esperados, ou que atividades são valorizadas. As alterações ao território da Mouraria levam a essa mesma conformidade: a permissão da gentrificação dos bairros, o foco no turismo baseado em serviços e o uso e seleção da história como conferidor de carácter para subir o valor de mercado do bairro. Este não é caso único em Lisboa, numa tendência global que a sociedade civil e os investigadores têm dificuldade em controlar e gerir.

Cabe, no entanto, também aos arqueólogos ter um papel ativo na afirmação desse valor, sendo por vezes os principais mediadores entre o património e a tutela, o cliente e as comunidades. A arqueologia não pode ser realizada num vácuo, alheia a fatores externos; já intuimos os efeitos das práticas da disciplina, da tutela ou do contexto económico, no entanto queremos aqui reforçar o contexto das comunidades patrimoniais que envolvem os sítios arqueológicos (CoE, 2005), neste caso constituídas pela diversa comunidade da Mouraria e que são fundamentais para a preservação da memória e do património histórico e arqueológico do bairro.

A memória é um elemento importante neste contexto. É a memória que, através dos saberes e rituais acumulados e através do olhar que lança ao presente e para o património, pode provocar ação concreta na preservação e uso do património. Os significados e valores atribuídos ao património por parte dos membros da comunidade são revelados através do valor dado à sua memória, sendo que apropriação e transformação é sempre preferível ao esquecimento e eliminação. A identidade expressa-se também através dessa memorialização, do ato de recordar ou esquecer, fossilizar ou transformar (BIEHL *et al.*, 2015). Além disso, a identidade é um elemento móvel, constantemente transformada e recriada no mundo do indivíduo e da comunidade (HALL, 2006). É a permanência de elementos dessa identidade que dá continuidade e enraizamento a uma comunidade face às inevitáveis transformações das sociedades.

Cada vez mais se destaca o perigo da 'história única', muitas vezes em contextos de minorias (ADICHIE, 2009). A repetição de uma história constantemente, como a que foi

desenhada para a Mouraria, elimina histórias alternativas, e, pior, põe uma afirmação sobre as pessoas e o bairro que acaba por definir a sua realidade. As histórias podem ser usadas para afastar e estigmatizar, mas também podem ser usadas para empoderar e dignificar; a Arqueologia, através do conhecimento produzido, tem o potencial de (re)contar a História, quebrando preconceitos e inserindo novas narrativas. É uma chamada que recentemente tem sido formulada e disseminada, para uma arqueologia transformativa e aplicada, com um grande foco em metodologias participativas e colaborativas que envolvem as comunidades locais em todas as fases do processo, desde o planeamento à execução e divulgação dos resultados (ATALAY, 2012; ATALAY *et al.*, 2014).

Nas últimas décadas temos assistido a uma mudança de paradigma no campo do património, com uma abordagem mais crítica ao papel dos atores envolvidos. A gestão comunitária do património comum pode abrir caminho para a exploração de formas inovadoras de preservação e valorização do património. Como é muitas vezes dito no campo do património, o objetivo atual é principalmente a preservação da mensagem, da relação das pessoas com o património, deixando-as participar ativamente na discussão e tomando decisões adaptadas (SMITH, 2012). Os princípios de investigação participativa com as comunidades, ou como posto pela arqueóloga Sonya Atalay (2012), de uma “arqueologia feita com, pelas, e a partir das comunidades” baseia-se em princípios fundamentais, dos quais destacamos aqui o facto de ser participativa em todos os momentos do processo, do propósito de construção de capacidades na comunidade e na integração de múltiplos sistemas de conhecimento. Um dos objetivos é combater o desinteresse e a desconexão dos membros da comunidade local para com o património, promovendo a interação e aproximação. A título de exemplo, os resultados da aplicação destes princípios no sítio neolítico de Çatalhöyük têm revelado como as comunidades locais têm beneficiado dos trabalhos arqueológicos (ATALAY, 2010), através da formação técnica e teórica dos seus membros, da criação de uma sentimento de identidade associado a uma história de alto impacto internacional e, mesmo economicamente, ao usarem o conhecimento adquirido para criarem novos produtos baseados nas técnicas tradicionais e costumes ancestrais.

A arqueologia comunitária “incentiva-nos a fazer perguntas sobre o passado que de outra forma não consideraríamos, a ver os vestígios arqueológicos a uma nova luz e a pensar de novas maneiras sobre como o passado informa o presente” (MARSHALL, 2002: 218). Claro que isso implica passar pelo desconforto de abrir mão de uma boa parte do controlo do projeto, mas os ganhos trarão certamente um enriquecimento da disciplina, que assim é repensada, reconfigurada e ampliada com novas visões. Terá também efeitos profundos na coesão social, onde os habitantes podem reunir-se em torno do sentimento de

propriedade do seu património local, mostrando a sua relevância para todas as comunidades, novos e velhos habitantes, não apenas grupos indígenas, pós-coloniais e minoritários (TULLY, 2007).

No entanto, a “arqueologia convencional orientada por investigadores é menos complicada e mais rápida” (ATALAY, 2012: 84), está menos instituída nas práticas arqueológicas e enfrenta barreiras a nível de gestão da arqueologia comercial, o que torna a sua implementação no terreno ainda difícil. Os trabalhos de arqueologia na Mouraria não têm permitido a preservação física do lugar, ou a integração dos membros da comunidade no processo científico, mas a possibilidade de conexão continua presente, através da valorização do conhecimento adquirido, onde ainda é possível investir na devida colaboração entre a arqueologia e a comunidade local.

Em territórios urbanos é cada vez mais premente falar também da importância do ‘espírito do lugar’ e de como este afeta as dimensões sociais e económicas do bairro. A dimensão intangível do património é cada vez mais importante nas considerações sobre gestão do património, especialmente num espaço como a Mouraria, de carácter urbano e com uma comunidade de identidades marcadas. Essa dimensão inclui os ‘saberes-fazer’, como as técnicas de trabalho da cerâmica, e as histórias associadas ao tocar, sentir e viver os sítios e as atividades que neles decorrem. A sua fragilidade é evidente, perante as transformações da memória e a limitada longevidade dos que as transmitem, o que obriga a medidas concretas para a sua preservação, dado que sem ela o ‘espírito do lugar’ perde a sua essência (ICOMOS, 2008).

Não desprezamos o facto de que este ‘genius loci’ está constantemente em transformação, em linha com o processo de constante negociação do património e dos seus valores. As necessidades de mudança e atualização das comunidades e dos lugares não pode ser definida *a priori* como mais importante que a preservação do seu passado, mas as histórias e os saberes devem fazer parte integrante das estratégias desenhadas para o futuro destes locais, se queremos assegurar que não ocorrem movimentos de exclusão e afastamento. cremos que a informação arqueológica providencia informação base fundamental para esse processo de entendimento do passado e do presente, devendo alimentar o ambiente futuro das comunidades.

A comunicação enquanto ferramenta essencial para a salvaguarda e valorização do património cultural é há muito reconhecida e defendida a sua integração nas definições de boas-práticas internacionais (ICOMOS, 2008). Parece, no entanto, ainda passar despercebida entre os profissionais de arqueologia, que focam a sua comunicação nos meios científicos e académicos ou institucionais e têm dificuldade em transferir esse

conhecimento para plataformas e textos realmente democráticos e intelectualmente acessíveis pela sociedade civil, especialmente para meios digitais. Não se pode entender o processo de interpretação do património apenas como a passagem de dados científicos, artísticos ou históricos sobre o património arqueológico, embora naturalmente essa tarefa seja obrigatória e, no caso da Mouraria, esteja em boa medida ainda por fazer, como se pode depreender pela lista bibliográfica citada. Contudo, esta interpretação do legado histórico tem também que ser entendida como “um complexo exercício público de reflexão entre muitas partes interessadas, caracterizada pela preocupação com acesso aberto, sustentabilidade e inclusividade”, ou seja, um “processo de relacionamento com o passado” (SILBERMAN, 2009: 7).

Perante as rápidas transformações do território podemos repensar o papel da arqueologia no processo de fazer a comunidade recuperar o controlo sobre a gestão e a interpretação do seu património, da sua história e do seu modo de vida. A maioria dos projectos ainda retiram toda a responsabilidade, liderança ou participação da comunidade, que apenas recebe a informação como produto final da intervenção (ou nem isso!), mas caminhamos hoje no sentido de integrar o património arqueológico a outras dinâmicas de beneficiamento social, incluindo em programas educativos e infraestruturas, que sirvam as comunidades locais e que simultaneamente mantenham a sua identidade vibrante, perante outros movimentos de globalização e transformação da sociedade. Urge afastar o risco de a Mouraria se tornar um ‘não-lugar’, destituído de identidade própria e marcado pela exclusão social, causada pela comodificação do espaço, assim transformado em mercadoria, apropriado por determinado grupo, que se foca nas necessidades económicas sobre as necessidades sociais (VASCONCELOS, 2005). A comunicação será, porventura, ainda a melhor ferramenta para a promoção de novas abordagens sobre os valores que o património arqueológico pode aportar às comunidades de hoje.

O caso da Mouraria apresenta várias dificuldades base de comunicação desse património arqueológico, que passam primeiramente pelo contexto de realização dos trabalhos, já enunciado, bem como pela falta de infraestrutura local para tratar e interpretar o espólio e a informação criada. Salienta-se ainda a questão linguística, outra barreira a ultrapassar num bairro tão diverso, seja pela corrente de turistas que por lá circulam, seja pelas comunidades imigrantes. Assim, ao jargão técnico dos profissionais, acresce a barreira linguística. A dimensão visual ganha aqui uma importância especial no âmbito da utilização das novas tecnologias para a passagem de conhecimento, através da visualização das realidades arqueológicas identificadas e que aqui apenas sobrevivem no registo (MEDEIROS, GARCIA-FERNANDEZ, no prelo). É, assim, essencial criar desde já plataformas abertas onde estes diferentes membros da comunidade possam encontrar-se

em 'pé de igualdade', aprender e trocar ideias sobre as expectativas e necessidades da comunidade, estabelecendo redes e promovendo o entendimento entre os diversos intervenientes.

Considerações finais

Os achados arqueológicos recentes afirmam o bairro da Mouraria como um lugar historicamente produtivo e abastecedor da cidade, parte essencial das dinâmicas de vivência e produção, em contraste com outras narrativas que têm caracterizado a identidade desse bairro ao longo do tempo. A dimensão, quantidade e longevidade das suas olarias é exemplo claro do forte contributo que este território teve na história de Lisboa, permitindo um discurso eminentemente diferenciado da identidade que foi criada enquanto bairro marginal e de 'má vida'. Há assim uma parte da identidade de bairro que foi esquecida e eliminada, prolongando os preconceitos sobre o lugar e os seus habitantes. A introdução de novos conhecimentos trazidos pela arqueologia, nomeadamente o da dimensão social, técnica e histórica da produção oleira, permite aportar um contributo novo às comunidades, para reforço da sua ligação próxima à cidade e a integração de minorias no seu tecido ativo por outros meios que não a venda de serviços.

Como em diversos outros casos, fruto da voragem da pressão imobiliária e da arqueologia de salvaguarda focada na preservação pelo registo, registou-se aqui a incompatibilidade de fazer uma arqueologia aberta, colaborativa e aplicada, em proximidade com o bairro e com as suas comunidades, pese embora algum trabalho científico e uma tímida abertura pública à partilha de resultados, manifestamente ainda insuficientes. A oportunidade não se perdeu, embora a voragem do tempo presente tenda a apagá-la. O presente texto é, a esse propósito, muito mais do que um ponto de chegada, o início de uma abordagem que pretendemos desenvolver entre nós e fomentar junto de outros colegas, com vista à promoção de uma arqueologia que promova a identificação com o passado, ou pelo menos que contribua com novas narrativas face às referências atuais da população local, para que os indivíduos possam assumir essa herança e torná-la sua. Quisemos aqui não propor um método de interpretação específico, mas defender a sua extrema necessidade neste contexto, que deve ser realizada apoiada no conhecimento gerado pela arqueologia e concretizada por movimentos democráticos, integrativos e transparentes entre os vários atores incluídos, dos quais a sociedade civil, especialmente os residentes, são parte fundamental.

A participação é uma ferramenta essencial dessa identificação, promovendo sociedades plurais, mas inclusivas, envolvendo diversos sectores, da academia, às

associações da sociedade civil e ao governo local, para fornecerem *input* sobre os conhecimentos e os desafios, dando às comunidades poder sobre as decisões que são necessárias tomar no território que ocupam. A arqueóloga Traci Ardren, ao comentar a sua experiência com a relação entre a atividade arqueológica e as comunidades locais no Yucatán, México, afirmava que para si não existiria maior falha para a arqueologia do que aceitar que as crianças não sentissem nenhuma ligação ao seu património arqueológico ou que as comunidades locais vissem a atividade arqueológica como ‘exploradora’ (ARDREN, 2002: 396). A política de isolamento da atividade arqueológica durante grande parte do processo – escavação, tratamento de materiais, investigação – apenas pode promover esse mau cenário. A importância da experiência, do contacto direto, é fundamental para a aprendizagem e para a criação de relações entre as comunidades e o património e isso não pode ser feito através de paredes e de tapumes, seja em contexto de obra seja em contexto de investigação. A proposta de uma arqueologia comunitária com foco na investigação colaborativa e participada em todas as fases do projeto promove a construção de capacidades e diversifica as narrativas realizadas, enriquecendo simultaneamente a investigação e a comunidade. A arqueologia permite aqui reavivar a memória do passado, que esteve escondido debaixo de terra durante vários séculos, e pô-la ao serviço das comunidades atuais. Exige-se, contudo, uma mudança de atitude perante o trabalho arqueológico e quiçá até sobre a prática dos arqueólogos no contexto das mudanças nas nossas cidades, realidade muito clara no caso português atual.

Bibliografia

Estudos e ensaios:

ADICHIE, Chimamanda .**O perigo das histórias únicas** [Video file]. Em https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR, 2009, Julho.

ALMEIDA, Ana Rita Elias **Mouraria: história e forma urbana**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2016.

AMARO, Clementino “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”. In **Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 61-71,1998.

ANDRADE, Ferreira **Lisboa das Sete Colinas**. Lisboa: [s.n.],1957.

ARDREN, Traci “Conversations about the production of archaeological knowledge and community museums at Chunchucmil and Kochol, Yucatán, México”, **World Archaeology**, 34:2, pp. 379-400, 2002.

ATALAY, S. "We don't talk about Çatalhöyük, we live it': sustainable archaeological practice through community-based participatory research", **World Archaeology**, 42:3, pp. 418-429, 2010.

ATALAY, S. **Community-based archaeology: Research with, by, and for indigenous and local communities**. Berkeley: University of California Press, 2012.

ATALAY, S.; CLAUSS, L. R.; MCGUIRE, R. H.; WELCH, J. R., ed. **Transforming archaeology: Activist practices and prospects**. Routledge, 2014.

BARROS, Maria Filomena Lopes de **A Comuna Muçulmana de Lisboa: séculos. XIV e XV**. Lisboa: Hugin, 1998.

BIEHL, P. F.; COMER, D. C.; PRESCOTT, C.; SODERLAND, H. A., ed. **Identity and heritage: Contemporary challenges in a globalized world**. New York: Springer, 2015.

BUGALHÃO, Jacinta. "Arqueologia Urbana em Lisboa: da intervenção preventiva à divulgação pública". In COELHO, Inês Pinto; TORRES, Joana Bento; GIL, Luís Serrão; RAMOS, Tiago (coord.), **Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia. Achas das VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica**. Lisboa: CHAM e IEM, pp. 467-74, 2016.

BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês Pinto "Cerâmica Moderna de Lisboa: Proposta Tipológica". In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.), **I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação**. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 106-45, 2016.

CAESSA, Ana; MARQUES, António; MOTA, Nuno "Casa da Severa, Memórias arqueológicas de um espaço (Lg. da Severa n.º 2, Lisboa, Mouraria)". In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.), **I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação**. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 387-412, 2015.

CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco "A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa)", **Revista Portuguesa de Arqueologia**, 8:2, pp. 459-70, 2005.

CASTRO, Anabela; PAULA, Nuno Amaral de; TORRES, Joana Bento; CURADO, Tiago; TEIXEIRA, André "Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa)". In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andre (ed.), **Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1731-49, 2017.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura. "Intervenção Arqueológica na Rua João Outeiro, nº36/44, na Mouraria, em Lisboa". In **Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo**. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-65, 1998.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura, "Estudos arqueológicos efetuados pelo G.T.T.R.L. no Martim Moniz e sua envolvente", **Olisipo**, 2:8, pp.44-54, 1999.

DIOGO, A. M. Dias; TRINDADE, Laura "Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na calçada de São Lourenço, nº17/19". In **3ª Jornadas de Cerâmica**

Medieval e Pós Medieval - métodos e resultados para o seu estudo. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 203-13, 2003.

FARINHA, P. António Lourenço. **Notícia Histórica do bairro das Olarias (Lisboa).** Cucujães: [s.n.], 1932.

FERNANDES, Joana. **O Bairro na Cidade – Génese de vida social de bairro nas áreas urbanas de génese ilegal.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015.

FRAGOSO, Íris dos Santos **A Mouraria e a sua História: proposta de valorização do património arqueológico.** Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

FRANÇA, José Augusto. **Lisboa: Urbanismo e Arquitetura.** Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

GOULD, P. G.; PYBURN, K. A. ed. **Collision or collaboration: archaeology encounters economic development.** Springer, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª Edição. DP&A Editora, 2006.

ICOMOS. **Declaração de Québec sobre a preservação do “Spiritu loci”.** Québec, 2008.

MALHEIROS, Jorge Macaísta. **Imigrantes na região de Lisboa: Os anos da mudança.** Lisboa: Colibri, 1996,

MARQUES, A. H. de Oliveira. “A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a Reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa”. In **Novos ensaios de história medieval portuguesa.** Lisboa: Presença, pp. 96-107, 1988.

MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo. “Rua de Benfornoso 168/186 (Lisboa – Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspetos da sua evolução urbanística”. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (cood.), **Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.** Lisboa: CHAM, pp. 123-34, 2012.

MARSHALL, Yvonne “What is community archaeology?”, **World Archaeology**, 34:2, pp. 211-219, 2002.

MEDEIROS, L.; GARCIA-FERNANDEZ, J. (no prelo), “Making Sites and Objects Talk: Experiences in Academic Research, New Technologies and Community Engagement”. In **ISPRS-Archives volume XLIV-M-1-2020 – HERITAGE2020 (3DPast | RISK-Terra) International Conference on Vernacular Architecture in World Heritage Sites.** Risks and New Technologies (Volume XLIV-M-1-2020).

MENEZES, Marluci. **Mouraria, retalhos de um imaginário: significados urbanos de um bairro de Lisboa.** Oeiras: Celta Editora, 2004.

MOITA, Irisalva. “Hospital Real de Todos-os-Santos: relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960”, **Revista Municipal**, 101/102, pp. 76-100, 1964.

MOYA, Ana. “Sustentabilidade sociocultural na paisagem urbana histórica e multicultural no Bairro da Mouraria, Lisboa”, **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, 17, pp. 179-99, 2019.

NUNES, Tiago; FILIPE, Iola. “Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria”. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.), **Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna**. Lisboa: CHAM, pp. 141-50, 2012.

OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário. “A Mouraria de Lisboa no século XV”, **Arqueologia Medieval**, 2, pp. 191-209, 1993.

PONCE, Mónica; OLIVEIRA, Filipe; NUNES, Tiago; PINTO, Marina; LOURENÇO, Marta. “O Sítio dos Lagares (Lisboa): um Espaço Pluricultu(r)al”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (ed.), **Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão**. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1703-14, 2017.

RODRIGUES, Andreia Filipa Moreira. **Nos arrabaldes de al-Uxbuna: a ocupação islâmica no sítio arqueológico da igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa)**. Dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

RODRIGUES, Teresa. **Cinco Séculos do Quotidiano. A Vida em Lisboa do Século XVI aos Nossos Dias**. Lisboa: Cosmos, 1997.

SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo, dir. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: s.n., 1994.

SILBERMAN, N. A. “Process not product: The ICOMOS Ename Charter (2008) and the practice of heritage stewardship”, **CRM: The Journal of Heritage Stewardship**, 7, 2009.

SILVA, Augusto Vieira da. **A Cerca Fernandina de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

SILVA, Inês Mendes da; PINTO, Marina. “Uma Intervenção em Pleno Bairro das Olarias: Novos Dados sobre a Produção Oleiro no Século XVII”. In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da (coord.), **I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação**. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 183-88, 2017.

SILVA, Rodrigo Banha da; GUINOTE, Paulo. **O quotidiano na Lisboa dos Descobrimientos: roteiro arqueológico e documental dos espaços e objectos**. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

SMITH, L. “Discourses of heritage: implications for archaeological community practice”. In **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. [Online], *Current issues, Online since 05 October 2012, connection on 20 June 2019*. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/64148> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.64148, 2012.

SMITH, N. “New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy”, **Antipode**, 34:3, pp. 427-450, 2002.

TEIXEIRA, André; CASTRO, Anabela; TORRES, Joana Bento; CURADO, Tiago; PAULA, Nuno Amaral de (no prelo). “Pottery kilns in Mouraria (Lisbon, Portugal): archaeological

evidences of a 16th and 17th centuries workshop”. In **Proceedings of the 12th International Congress on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics**. Atenas: National and Kapodistrian University of Athens.

TEIXEIRA, André; EL-BOUDJAY, Abdelatif; TORRES, Joana Bento; TINTURÉ, Antonia; EL-BALJANI, Kaoutar; GABRIEL, Sónia. “L’évolution de l’habitat domestique à Ksar Seghir à la fin du Moyen Âge: étude archéologique et conservation d’une maison mérinide-portugaise”. In TEIXEIRA, André (coord.), **Entre les deux rives du Déroit de Gibraltar: Archéologie de frontières aux 14-16e siècles**, Lisboa: CHAM, pp. 29-124, 2016.

TULLY, Gemma. “Community archaeology: general methods and standards of practice”, **Public Archaeology**, 6:3, pp. 155-187, 2007.

VASCONCELOS, D. A. “Turistificação do espaço e exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió - AL, Brasil”, *Revista Turismo Em Análise*, 16(1), pp. 47-67. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v16i1p47-67>, 2005.

VENDA, António; FONSECA, João. *EPUL, 40 anos*. Lisboa: EPUL, 2011.

Processos de arqueologia:

CARVALHO, Emanuel; MONTEIRO, José Luís; BUGALHÃO, Jacinta. **Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos no Quarteirão dos Lagares**. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2007.

DIOGO, António Manuel Dias. **Trabalhos arqueológicos na Rua de São Pedro Mártir, n.º 26/34**, Lisboa. Instituto Português do Património Cultural (Processo S – 12916), 1990.

FILIFE, Anabela Castro; GUERRA, Sandra Maria. **Trabalhos Arqueológicos na Rua da Palma** – Lisboa. Direção-Geral do Património Cultural (Processo S – 37510), 2015.

FURTADO, Catarina Relvas; SILVA, Inês Amélia; MIGUEZ, João Nuno. **Trabalhos arqueológicos na Calçada da Rosa** – Lisboa. Direção-Geral do Património Cultural (Processo S – 36295), 2015.

GOMES, José Nuno; NETO, Nuno Miguel. **Trabalhos arqueológicos no Palácio da Rosa, Lisboa**. Direção-Geral do Património Cultural (Processo S – 13790), 2017.

OLIVEIRA, Filipe Alexandre; MIGUEZ, João Nuno; BARATA, Luís Alexandre; MIGUEL, Lúcia Regina. **Trabalhos arqueológicos na Rua João do Outeiro** – Lisboa. Direção-Geral do Património Cultural (Processo S – 35394), 2014.

SABROSA, Armando José; AMARO, Clementino. **Reabilitação Urbana da Mouraria – Lisboa**. Instituto Português do Património Cultural (Processo S – 35896), 1993.

SANTOS, Heloísa Isabel; NISA, João Rafael. **Trabalhos arqueológicos na Rua Marquês de Ponte de Lima** – Lisboa. Direção-Geral do Património Cultural (Processo S – 37631), 2018.

VALONGO, António Manuel. **Lisboa – Trabalhos Arqueológicos na Rua da Amendoeira**. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. (Processo 2006/1, 348, 2006.